



# Anais da Assembléia

N.º 25

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1980

#### SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Cyro Martins, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, José Domingos, Jurandir Messias, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos e Túlio Zanchet (31); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Domício Scaramella, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, João Elísio, João Mansur, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Palácios, Pinto Dias, Renato Renato Bueno, Rosário Pitelli, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, só para indagar de Vossa Excelência quando da leitura da ata da sessão de ontem me foi possível observar que, o Sr. Secretário leu que compareceram 42 Srs. Deputados, e os 16 que não compareceram são considerados faltosos?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Evidentemente que sim, Sr. Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Então levarão falta?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — De acordo com o que se constatou na ata que acabou de ser lida, Sr. Deputado, a Mesa informa a Vossa Excelência, que ela segue o que está determinado, e escrito o que consta na Ata.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Concedo a palavra, para discutir a Ata, ao Sr. Deputado.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, no dia de ontem inclusive eu exerci a função de Primeiro Secretário e assinei a chamada nominal realizada na Ordem do Dia, que é a chamada nominal válida. Trinta dos Srs. Deputados compareceram na Casa.

Então, espero que a Ata seja corrigida, e que 30 dos Srs. Deputados recebam então o "jeton" e que os demais Srs. Deputados não sejam incluídos, para que injustiça não se cometa nesta Casa. Eu assinei, inclusive, tenho cópia no meu gabinete, fiz um xerox; tenho cópia e tenho o nome de todos os Deputados que compareceram na sessão de ontem, 30 Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — O nobre Deputado não deve ter acompanhado a leitura da Ata. A observação

de Vossa Excelência não procede porque a Mesa está verificando na Ata, que a sessão de ontem foi aberta com 42 Srs. Deputados, posteriormente tem um trecho que diz na hora das votações respondeu a chamada 30 dos Srs. Deputados, havendo número legal para as deliberações. Foi o que consta na Ata e passo as suas mãos para que Vossa Excelência aprecie.

O SR. MÁRIO CELSO — Pela ordem. Só para dizer que é desnecessário passar às minhas mãos porque confio na sua palavra. Agora, quero só registrar porque, o Deputado Jurandir Messias, citou 42 Deputados ou 48. Então, só deixo registrado que na chamada nominal na Ordem do Dia, foram 30 Srs. Deputados que responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Os trabalhos foram abertos com 42 Deputados, posteriormente, 30 apenas na hora da votação responderam a chamada.

O SR. MÁRIO CELSO — Exato. Concordando com a Ata então e dizendo que está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Em votação a ata. — Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança do Estado, Doutor OZIAS ALGAUER, ocorrido ontem, dia 10 de abril, nesta Capital.

Lastimamos a perda de um companheiro, que além de ter traçado seus dias entre nós com elevado espírito de humanismo, possuía uma inegável vocação para a prática advocatícia.

Requer, ainda, seja dado ciência à família à Rua Desembargador Vieira Cavalcanti, 700 - Mercês - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980.

a) VALDUGA

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor OZIAS ALGAUER, ocorrido dia 10 de abril corrente, nesta Capital.

O extinto exercia o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor General Ney Aminthas de Barros Braga, DD. Governador do Estado, no sentido de que determine o reinício imediato dos serviços de terraplanagem para conseguinte pavimentação asfáltica da estrada Braganey-Corbélia, por se tratar de uma imperiosa necessidade e no sentido de tornar possível o escoamento da grande produção agropecuária

da região.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980.

a) LINEU TURRA

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, General Ney Braga, solicitando envio a esta Casa do anteprojeto de lei que altera o Estatuto da Polícia Civil. (Lei Complementar n.º 3), uma vez que, este assunto é de grande e justo interesse dos servidores ligados à Polícia Civil do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980.

a) JOSÉ TAVARES

## JUSTIFICATIVA:

O atual estatuto da Polícia Civil do Paraná, está ultrapassado. É um diploma que impõe apenas deveres e não dispõe direitos. Portanto, um diploma injusto.

Deixa também, de dispor a respeito de inúmeros assuntos ligados aos anseios dos policiais civis de carreira.

Impõe-se, portanto o envio deste anteprojeto a esta Casa a fim do mesmo, ser analisado e votado, como forma de satisfazer os servidores ligados a essa área pública, mormente nos dias atuais, diante da crescente onda de violência e do alto índice de criminalidade, que preocupam todos nós e a polícia, como representante do Estado, tem um papel importantíssimo no seu combate. Pois a razão pela qual, nos preocupamos em solicitar ao Governo do Estado este anteprojeto, como forma de melhor adequar a Polícia Civil, no que concerne ao seu efetivo humano.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, envio de ofício ao Sr. Secretário da Educação, para que tome providências no Ginásio Brasília Vicente de Castro, localizado no Conjunto Oswaldo Cruz I, Cidade Industrial.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980.

a) NESTOR BAPTISTA

## JUSTIFICATIVA:

Os pais dos alunos que freqüentam esta escola, encontram-se aborrecidos com a presente situação. Além do mais, a Educação vem sendo a preocupação de muitas áreas governamentais, motivo que exige imediatas providências para o assunto. As informações dão conta de que a senhora diretoria aparece raramente. Com a falta de professores os alunos ficam brincando nas salas ou no pátio do estabelecimento. O índice de analfabetismo no País é muito grande, e porisso mesmo, deve aquele que consegue entrar na escola no mínimo, receber aula.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requer envio de apelo ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Osvaldo Collin e Superintendente desse Banco para o Paraná, Dr. Luiz Ratto, para que sejam liberados financiamentos agrícolas para instalação de aviários no Município de Dois Vizinhos e cidades circunvizinhas.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que sejam enviados apelos, POR TELEX, desta Casa para as autoridades acima nominadas, pleiteando a imediata liberação de financiamentos de crédito agrícola para a implantação de aviários e pocilgas para dezenas de agricultores daquele e de outros municípios da região Sudoeste do Estado.

Requer-se, outrossim, que da decisão do Plenário se dê

conhecimento à egrégia Câmara Municipal de Dois Vizinhos, Prefeito Municipal, Cooperativa local e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

## JUSTIFICATIVA:

O progressista Município de Dois Vizinhos, em decorrência da instalação do complexo industrial da SADIA, está iniciando uma nova fase em seu desenvolvimento: a criação de aves, atividade que certamente se adaptará perfeitamente às condições regionais e se constituirá numa excelente opção para os pequenos e médios proprietários rurais.

Entretanto, no momento um grave obstáculo está impedindo que os agricultores se aparelhem para essa atividade: a falta de verbas na agência local do Banco do Brasil. Assim sendo, é justo que esta Casa se some às inúmeras reivindicações de centenas de agricultores locais para que haja a imediata liberação dos pedidos dos financiamentos que já se encontram naquele estabelecimento bancário.

Creio que esse pronunciamento desta Casa terá o condão de alertar aos dignos dirigentes do Banco do Brasil para essa situação e se terá uma solução pronta para a questão que interessa sobremaneira aos agricultores e ao próprio Município de Dois Vizinhos.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Sr. Garibaldi Reale, presidente da Comissão Nacional da Cafeicultura, expondo a solidariedade desta Casa ao movimento "Marcha das Máquinas", programado para o próximo dia 20, com desfile pelas rodovias e concentração na cidade de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980.

a) FIORI LUIZ

## JUSTIFICATIVA:

Reunidos em Marília, os líderes da cafeicultura do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, resolveram marcar para o próximo dia 20 a "Marcha das Máquinas".

O esquema estabelecido, sob a liderança do Presidente da Comissão Nacional da Cafeicultura, consistirá na saída das máquinas agrícolas, tratores e caminhões de todas as fazendas de mais de dez municípios, da região de Santo Antônio da Platina.

O movimento, segundo Reale, será uma demonstração pacífica e ordeira da força da agricultura, contra o CONFISCO CAMBIAL sobre os produtos agrícolas, principalmente o café.

As cidades de Andirá, Itambaracá, Barra do Jacaré, Jacarezinho, Ribeirão do Pinhal, Abatiá, Jundiá do Sul, Joaquim Távora e Santo Antônio da Platina, já aderiram ao movimento, idêntico ao realizado pelos gaúchos com relação ao confisco da soja.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Wilson Athayde, Vereador do Município de Jaguariaíva.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Três hospitais em Marechal Cândido Rondon com aproximadamente 700 leitos disputam entre si os 250 leitos comprados pelo INAMPS. Cada hospital mantém uma equipe médica que foi constituída com médicos que vindos de diferentes partes, aceitaram as condições oferecidas pelos hospitais,

quais sejam, trabalhar inteiramente vinculado ao hospital.

Sem entrar no mérito da questão limitamo-nos a registrar que por razões internas de discordância com a direção do Hospital e Maternidade Filadelfia, surgiu um pequeno grupo de dissidentes que resolveram montar um pequeno centro médico e clinicar fora do hospital. E nos casos de internamento hospitalar o paciente sendo previdenciário do INAMPS poderia optar livremente pelo hospital de sua preferência dentre os três hospitais credenciados.

E foi neste ponto que se produziu o impasse e se criou a situação de injustiça que atenta contra os direitos do previdenciário bem como contra a liberdade de exercício profissional dos médicos, que passamos a denunciar e para o que reclamamos providências do INAMPS.

Pois os proprietários dos três hospitais credenciados uniram-se firmando um documento inescrupuloso em que tentam monopolizar a assistência médica custeada pelo INAMPS e contra qualquer princípio ético buscam denegrir e cercear a liberdade de profissionais que por serem também credenciados merecem todo o respeito.

E para que cada um dos Senhores Deputados possa avaliar por si mesmos o teor deste ato ditatorial e vergonhoso pacto firmado, leio os três tópicos principais do documento:

I — Fica vetada a atuação nos referidos hospitais, seja através da internação de pacientes, consultas ou atendimentos de urgência do médico Dr. Ettore José Roncaglia, brasileiro, especializado em Ginecologia e Obstetrícia e pessoalmente credenciado em Ginecologia nos serviços do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).

II — Fica vetada a atuação nos referidos hospitais de todo e qualquer médico que possua consultório fora da área hospitalar exceto as especialidades em Ortopedia e Traumatologia, Cardiologia, Otorrinolaringologia e Oftalmologia.

III — Aos médicos hoje estabelecidos com consultório em qualquer dos referidos hospitais, será imposto o mesmo cerceamento caso decidam atuar em consultório fora da área hospitalar.

Os signatários são os donos dos hospitais: Hospital e Maternidade Filadelfia, Hospital Marechal Cândido Rondon e Policlínica Rondon.

Observe-se que o documento visa atingir inicialmente de forma pessoal o médico citado, para depois ser extensivo aos demais médicos que por ventura ousem desacatar as ordens dos donos do INAMPS rondonenses. Escolheram um "tiradentes" para puni-lo e que essa punição sirva de exemplo aos demais médicos subordinados aos donatários da saúde. Para o médico rondonense que quiser prestar serviços aos previdenciários do INAMPS, não lhes resta alternativa do que se submeter aos donos dos três hospitais na condição de subordinados ou "bóia-fria" da medicina.

Esse desagravo não só provocou a repulsa de 17 médicos que firmaram um documento de protesto enviado ao Sindicato, como também produziu, pelo menos em dois casos conhecidos, constrangedora situação para pacientes previdenciários, cujo depoimento de um deles passo a ler, para o conhecimento dos Senhores Deputados.

Evito fornecer o nome, para evitar represálias. Diz o depoimento:

"Atesto para os devidos fins, que ao procurar os hospitais: Policlínica Rondon, Hospital Filadelfia e Hospital Marechal Cândido Rondon como paciente do Dr. Ettore José Roncaglia, crm 4033, sob o diagnóstico de gestação de sete meses, tendo sofrido queda acidental e apresentando após a mesma, cólicas abdominais e sangramento genital (trabalho de parto prematuro), das 20,00 às 21,00 horas, do dia 16 de março de 1980, me foi recusado atendimento, sob a alegação de que o referido médico, sob os quais cuidados me encontro, e em quem confio, não estar autorizado a internar, nem a atender, sob

qualquer espécie de diagnóstico, seja de paciente previdenciário ou particular."

Veja, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que já chegamos ao extremo da mais flagrante omissão de socorro arrepio da lei penal. E para que estas situações constrangedoras e desumanas não venham se repetir, deveríamos solicitar o descredenciamento de hospitais que procuram se apropriar dos serviços custeados pelo INAMPS, e que vem em prejuízo dos previdenciários. Ainda assim estamos sendo complacentes e sugerimos apenas que o INAMPS, além de chamar a atenção dos referidos hospitais, credencie o outro hospital ressaltando em cláusula contratual o direito do previdenciário de optar pelo seu médico preferencial. Pois sabemos que em qualquer processo terapêutico, a confiança no médico aumenta em mais de 50% as possibilidades de cura.

Sabemos também das dificuldades em que se encontra o precário serviço de assistência médica e hospitalar do INAMPS no Paraná que com apenas três hospitais próprios, dos quais apenas um em funcionamento, necessita apelar para o setor privado. Sabemos também que só em 172 municípios paranaenses há hospitais credenciados pelo INAMPS com 970 médicos contratados e 2.900 médicos credenciados o que significa 50% dos profissionais disponíveis para atender os 90% da população paranaense que pertence ao quadro dos previdenciários.

No entanto, acredito que pese as precariedades citadas, não se deveria admitir a privatização dos serviços credenciando e privilegiando apenas um ou outro grupo da rede hospitalar. Pois indubitavelmente se produz as condições para o monopólio e se abre campo para o exercício da tirania que levará à corrupção e assim a tão nobre missão de cuidar da saúde pública fica à mercê de interesses espúrios dos que, instrumentalizando suas credenciações, buscam cercear a liberdade do exercício profissional dos médicos em prejuízo também de seus pacientes."

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Pela ordem, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — A Mesa defere e o Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Há número legal para a continuação da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, a Mesa deverá esclarecer à Casa definitivamente este problema de descontos de "jetons" dos Srs. Deputados que faltam à chamada.

Ainda agora há poucos instantes, eu prestei atenção na questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Mário Celso, que eu respeito mas que desconhece o Regimento Interno da Casa, ou a sistemática usada pela Mesa, na computação das presenças para efeito de pagamentos de "jetons".

Vem agora o nobre Deputado Gabriel Manoel, levanta nova celeuma em torno de um fato que o bom senso diz: "que só serão descontados os "jetons" dos Deputados faltosos que não responderam a chamada, na verificação de votação, por ocasião da votação da Ordem do Dia."

Votada a Ordem do Dia, não se permite descontos, porque existe um abono de sete faltas, para cada Deputado, mensalmente. Eu gostaria que a Mesa dirimisse de uma vez por todas, esta questão. Porque realmente está causando problemas. Ontem assistimos o nobre Líder do PMDB nesta Casa, Deputado Renato Bernardi, que nós estimamos, e o considera-

mos um Deputado fora de série, mas que ontem vestiu a roupa de censor aqui na Casa, puxando a orelha dos Deputados do PDS que faltam as Sessões. Como se isto aqui fosse jardim de infância ou grupo escolar. É preciso que se dirima de uma vez por todas essas dúvidas, para que fatos desagradáveis, que podem levar até a conseqüências mais sérias, não mais se repitam nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Vossa Excelência faz umas ponderações e esta Presidência que está no exercício, não é o titular, resolve, para dirimir dúvidas e para que esse pensamento seja efetivo doravante, que a Comissão Executiva, no seu todo, com seus titulares, acho que é a melhor solução, para que fatos desagradáveis como este não ocorram novamente, reúna-se na próxima semana e estabeleça um critério definitivamente. Para evitar que eu, por exemplo, ontem, levei falta e estou aqui, tudo bem, tudo certo. Não respondi a chamada. O Deputado Gabriel Manoel, em represália, ao que houve ontem, porque ele não respondeu a chamada...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). — Não foi em represália, Sr. Presidente. Foi questão de justiça. Não foi represália.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — ... e no entender do Deputado, muito correto, pede a chamada nominal. 30 Srs. Deputados responderam a chamada, feita antes da votação da Ordem do Dia. Foi isto, Sr. Deputado Erondy Silvério que ocorreu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, gostaria não contraditando a Mesa, pela qual eu tenho profundo respeito, principalmente pela pessoa de Vossa Excelência, mas há um engano por parte da assessoria da Mesa. Porque as faltas só serão descontadas quando elas impedirem a votação da Ordem do Dia, o que não ocorreu ontem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Esta Presidência não está alegando que os Deputados que não responderam a chamada ontem, levarão falta ou não. Apenas esclareço que a chamada nominal feita ontem com a presença de 30 Srs. Deputados, foi feita antes da votação da Ordem do Dia.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, acho que as coisas estão sendo mal colocadas. Na verdade o que existe é que justamente no dia de hoje a Sessão transcorreria normalmente.

Queria fazer aqui, para que não ficasse uma situação de constrangimento para a bancada do PMDB nesta Casa, e mesmo da Oposição, da minoria, quanto àquela colocação do Deputado Erondy Silvério, no que se refere ao pronunciamento do Deputado Bernardi. O Deputado Bernardi não estava censurando o fato da bancada pedecista, governista, retirar-se do Plenário para não dar "quorum". Ele apenas disse que é um mecanismo de minoria. E que a maioria tendo condições de aprovar, ou rejeitar projetos, não é da praxe Parlamentar usar desse expediente que é um expediente de minoria.

Portanto, acho que a censura do ilustre Líder da bancada governista é impropriedade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — Ratificando o que esta Mesa já disse, na segunda-feira, a Mesa Executiva, através de seus titulares Fabiano Braga Côrtes, Basílio Zanusso e Domício Scaramella, em contato com as lideranças da Casa, irá estabelecer um critério que deverá ser adotado.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, Vossa Excelência está presidindo a sessão, disse que foi represália. Mas não foi, Sr. Presidente. Foi é justiça, dentro dos parâmetros do Poder Legislativo. Porque, como Vossa Excelência é testemunha, nunca faltamos às sessões.

Agora, não vemos porque sermos injustiçados. Existe um provérbio "injustis esperiandus", temos que esperar para ver onde está o erro. Talvez o erro seja por sermos assíduos freqüentadores deste Poder. E, dessa forma, não podemos ser

comparados com elementos que não são assíduos.

Não foi represália, foi revolta íntima da injustiça praticada não sei por quem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — A Presidência retira a palavra represália e substitui por direito líquido e certo que Vossa Excelência tem.

O SR. PAULO CAMARGO (Pela ordem). — Sr. Presidente, falou muito bem o Deputado Erondy Silvério ao apreciar o desconto, ou não, do "jeton" dos Srs. Deputados.

Vossa Excelência cioso para a que a Mesa da Assembléia possa dar uma solução para esse fato, está transferindo àquela mesma Mesa a decisão.

Mas, no meu entender, não há o que decidir, porque está expresso no Regimento Interno, em que o Deputado pode ter até sete faltas, durante o mês, abonáveis.

Entretanto, não serão abonáveis as faltas que impedirem a votação da Ordem do Dia.

De modo que não há como a Mesa possa decidir o que já está expresso no Regimento Interno.

No caso de ontem, quando estavam presentes 30 Deputados na chamada da Ordem do Dia, não haverá desconto para nenhum dos Srs. Deputados ausentes. Entretanto, se em vez de 30 estivessem 27, os que não tivessem respondido a chamada, portanto, obstruindo a votação da Ordem do Dia, teriam os seus "jetons" descontados.

Esse o auxílio que queria dar à Mesa, neste momento.

O SR. MÁRIO CELSO (Pela ordem). — Sr. Presidente, entendo que a revolta do Deputado Gabriel Manoel é, até certo ponto, justa.

Ontem, realmente, ele estava quando da abertura dos trabalhos.

Agora, dizer que desconheço o Regimento Interno é muito atrevimento. Porque participei da Comissão que elaborou o Regimento Interno da Câmara Municipal. E aqui mesmo... (Tumulto).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara). — A Presidência solicita encarecidamente mais respeito por parte dos Srs. Deputados.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, o que peço é respeito.

Vossa Excelência falou muito bem. Estou apenas pedindo respeito. Porque, quando um Parlamentar está falando é necessário que o outro respeite e responda depois, se tiver condições de responder. Agora, que ouça primeiro e que não desrespeite o Regimento Interno que ele mesmo apregoa saber.

Existem os professores de Deus, mas existem também os professores do diabo.

Sr. Presidente, fico até sem condições psicológicas para discutir a matéria.

Sr. Presidente, foi colocada a minha ação nesta Casa em dúvida.

Desconheço o Regimento Interno! Pelo amor de Deus! Eu vivo manuseando este Regimento Interno. Apenas me orientei em informações da própria Mesa. Existe uma Assessoria da Mesa cuja assessoria está em dúvida até agora. Tanto é que a indagação colocada em prática não foi respondida. Tanto é que vai ter uma reunião da Executiva com as lideranças para se decidir qual o critério a ser estabelecido. Baseava-se no Regimento, no nosso retalhado, superado, Regimento Interno da Casa, feito em 1960. Este Regimento é antigo, já não serve mais para os dias atuais. Nós estamos fugindo do tempo. É necessário que as lideranças indiquem.

Pedi através de um requerimento para se elaborar um regimento interno. O pluripartidarismo mudou tudo, não temos mais nem horário de liderança nesta Casa. É necessário que as lideranças indiquem representantes para que o Regimento seja elaborado e aí então o critério seja estabelecido para que injustiças não sejam cometidas.

Minha opinião pessoal, fora do Regimento Interno, entendendo que o Parlamentar que vem para esta Casa, tem que exercer o seu trabalho durante a sessão na Sessão. O trabalho de gabinete é o trabalho do Gabinete na hora de gabinete. Iniciou a sessão parlamentar tem que estar aqui, prestar contas para o povo aqui, da tribuna, então trabalhando aqui na sessão. Do contrário, não haverá "quorum" nunca, não se votam nunca requerimentos e fica sempre naquela insolução de deveres que temos a responsabilidade também para o povo que nos elegeu.

Esta a minha posição, pedindo desculpas, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, porque estou sem condições psicológicas. Sem condições psicológicas, podemos ser até muitas vezes violentos e cometermos atos impensados. Mas quero deixar claro que este meu pronunciamento, até aqui, assumo total responsabilidade e foi dentro de um critério que provocou a minha consciência.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Vossa Excelência, ao conceder uma questão de ordem ao nobre Deputado Mário Celso, permitiu que ele falasse o tempo que desejou falar. Gostaria que Vossa Excelência me proporcionasse o mesmo tratamento. Solicito ao nobre Deputado Mário Celso que proceda a leitura das notas taquigráficas da minha questão de ordem anterior. Veja se há alguma palavra ofensiva ou anti-regimental, quando me dirigi a Vossa Excelência. Disse que solicitaram o desconto, havia dito que solicitaram o desconto dos Srs. Deputados que porventura houvessem faltado à sessão de ontem, votada que foi a Ordem do Dia, só poderia ter sido solicitada por alguém que desconhecisse este dispositivo regimental. Não disse que Sua Excelência desconhece o Regimento Interno da Casa; porque ele, como Deputado, tem o dever de conhecê-lo. Não o ofendi de maneira nenhuma.

Agora, o "mocinho" é um "deus empavonado". Não se pode dizer nada que ele já vem com atrevimento, como se fosse o Nosso Senhor Jesus Cristo. Que não pudesse censurar quando não se conduz de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Não vejo atrevimento. Esta sim é uma expressão anti-regimental. Não vejo atrevimento em solicitar da Mesa que dirima, de uma vez por todas, uma questão tão controversa, como tem sido esta, nas últimas sessões desta Casa. Não se ofendeu ninguém, nem o Sr. Líder do PMDB que ontem nos puxou as orelhas, nós não ofendemos na nossa questão de ordem. Mas não podemos admitir que se usem expressões anti-regimentais nesta Casa. Porque uma coisa puxa a outra. O nobre Deputado que me antecedeu na questão de ordem, hoje ainda, em entrelinhas, disse que assumia a responsabilidade pelo que disse. Podia ter funestas conseqüências.

Dias atrás disse que me mandava para o cemitério. Hoje, veladamente, repete as ameaças. Pois então que as cumpra, se for homem. Se usar calças que cumpra as ameaças de me mandar para o cemitério.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Mesa, com a melhor das intenções para por fim a esta polêmica, para que possamos continuar com os nossos trabalhos, gostaria, muito embora os Srs. Deputados tivessem conhecimento, de ler o inteiro teor do artigo 194, a fim de que possamos por uma pá de cal nesta celeuma toda criada, que está atrapalhando os trabalhos da nossa sessão, e gostaria que os Deputados, que pedem a questão de ordem, enunciassem essa pretensão, para que nós pudéssemos ler e dar por encerrada a questão.

O Senhor Deputado solicita a questão de ordem.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, gostaria de pedir, na questão de ordem, pelo encerramento dessa discussão...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sou pendicular perante a lei e devo dar a Vossa Excelência a questão de ordem,

muito embora fosse a minha pretensão e intenção, dar por encerrada a questão, lendo o inteiro teor do Artigo 194. Está com a palavra, Vossa Excelência, para a questão de ordem.

O SR. FIORI LUIZ — Estamos há 22 minutos com essa discussão, há muita matéria importante para se tratar, muita gente inscrita para o Pequeno Expediente e entendo que a Mesa tem obrigação de se reunir e de moralizar as coisas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — É o que a Mesa quer fazer, lendo o artigo e dar por encerrado o incidente.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, ouvi as considerações do Deputado Erondy Silvério, ouvi as considerações do Deputado Mário Celso, todavia Sr. Presidente, regimentalmente, da forma como deve ser tratado o Deputado, não pode também o Deputado Erondy Silvério chamar o Deputado Mário Celso de "mocinho". Não pode, Sr. Presidente, fazer o que o Deputado Erondy Silvério, por diversas vezes tem feito nesta Casa, a se irritar muito fácil. Razão pela qual gostaria que a Mesa tomasse conhecimento e escutasse também, não só deste lado, mas do outro lado também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência, não obstante não sendo o seu titular, sendo um modesto 2.º Vice-Presidente, faz um apelo a todas as bancadas, a todas as facções que usam assento nesta Casa, para que possamos nos ater a coisa mais séria e é pensamento desta Presidência ler o Artigo 194, e pedir a compreensão dos Senhores Deputados, após o que, encerrará o incidente.

ARTIGO 194: Nos termos do art. 13 da Constituição, o subsídio dividido em duas partes, será pago ao Deputado:

I — a parte fixa, no decurso do ano;

II — a parte variável, correspondente ao seu comparecimento.

Parágrafo primeiro — O Subsídio será pago a começar do dia da posse do Deputado.

Parágrafo segundo — O Deputado que deixar de votar, ainda que tenha comparecido, terá a diária descontada, desde que a votação seja interrompida ou adiada por falta de número.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Após a leitura, peço aos Srs. Deputados, encerrar o problema e está com a palavra o Sr. Deputado Lineu Turra, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Para discutir que assunto, Sr. Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Só gostaria de pedir a Vossa Excelência, que os Deputados que não comparecem aqui...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Este assunto, a Mesa pede encarecidamente que não mais seja posto em dúvida e não seja mais discutido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, vou pedir que a partir de segunda-feira em diante, a lista dos Deputados que não vêm aqui à Assembléia para ver o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — É um direito que Vossa Excelência tem.

Concedo a palavra ao Deputado Lineu Turra, inscrito, e a Mesa não recebe questão de ordem sobre a matéria que acabou de ser discutida.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa teve oportunidade, há dias passados, de aprovar uma solicitação do Deputado David Cherigate, no sentido de que o DER criasse um patrulhamento rodoviário para atender aos municípios que foram atingidos, especialmente do Oeste do Paraná, pelas grandes chuvas que se abateram na região.

Ontem, o Deputado David Cherigate veio à tribuna para agradecer ao Governador pelo fato de imediatamente haver sido atendido aquele apelo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não creio que o Sr. Governador aceite esse tipo de tratamento aqui nesta Casa, esse tipo de elogio para medidas administrativas que não ocorreram, porque conheço muitos municípios do oeste que tiveram as suas estradas danificadas, pontes e pontilhões destruídos pelas chuvas e essas recuperações foram feitas exclusivamente com o trabalho das Prefeituras e com o ônus das prefeituras.

Não houve a interferência administrativa ou qualquer auxílio do Governo do Estado ou do DER com máquinas para recuperar pontes, bueiros ou mesmo estradas danificadas.

Apenas agradecendo porque agora, recentemente havia mandado engenheiros para verificar os buracos, as pontes destruídas, mas só mandar engenheiros para verificar já se vem dizer que as estradas, bueiros e pontes já estão recuperadas pelo trabalho de patrulhamento do DER em face de uma solicitação do Deputado, é uma demagogia barata que nós não podemos aceitar e exclusivamente para enganar os agricultores, e colocar em má situação até o próprio Governador do Estado.

Porque aqueles que não receberam este serviço, vão ficar entendendo que estão sendo enganados pelo Governador. Não creio que o Sr. Ney Braga, aceite este tipo de tratamento. Acho que as coisas têm de ser levadas mais a sério.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo porque nós agora, já estamos no fim da colheita, apenas quinze por cento da colheita está para terminar o trabalho dos agricultores. Já há tempo deveriam ter ido as máquinas do DER para recuperar esses bueiros e estradas, porque a esta altura necessariamente terão que estar recuperadas, já estavam até recuperadas quando o Deputado David Cheriegate solicitou essa providência.

Então, nós queremos dar o nosso testemunho desse fato, para que fique registrado nesta Casa, e, que não possa ser repetido aqui no sentido de, enganar os agricultores e colocar mau até a seriedade administrativa do Governo do Estado.

Trazemos à Casa também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento dirigido ao Sr. Governador, no sentido de que dê continuidade aos serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica da estrada que liga Braga Ney a Corbélia. Uma região altamente produtora de cereais, com uma grande população agrícola e que precisa ter aqueles serviços de terraplenagem e serviço em fim, de concretização asfáltica daquele trecho concretizado.

Esse serviço foi iniciado no Governo passado até intensamente, e foram logo em seguida interrompidos e está causando sérios transtornos àquela região.

Queria, encaminhar então, o requerimento à Mesa dirigido ao Sr. Governador do Estado na certeza até, que Sua Excelência, sensível ao problema, venha desde logo tomar as providências e determinar as medidas necessárias ao atendimento dessa importante obra viária do Município de Corbélia, para que assim, possam os agricultores daquela região, que é uma região altamente produtiva, ter oportunidade e com facilidade fazer a escoação dos seus produtos agrícolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Como terceiro orador inscrito, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Primeiro grande resultado da viagem de Figueiredo ao Paraguai": LAINO DETIDO EM SÃO PAULO.

Em Assuncion, os generais Alfredo Stroessner e João Batista Figueiredo, ampliam as amizades e intercâmbios Brasil-Paraguai, ao mesmo tempo em que assistem desfiles militares, promovem conversas reservadas, realizam banquetes de confraternização e cogitam de cooperação bélica e militar. Enquanto isso, o Líder da Oposição autêntica daquele País, o ex-Deputado Domingo Laino é detido em São Paulo, ficou horas e horas

na sala da Polícia Federal e encontra-se num hotel, sob custódia da mesma, exatamente quando chegava ao Brasil para lançamento de mais um livro, onde analisa, entre outras coisas, o nível de relação e dependência do vizinho país para com o nosso.

O "embasamento legal" para a detenção, segundo informou o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, é a existência de uma medida originada à época do Ministro Petrônio Portela, que considerou Domingo Laino "persona non grata" ao Brasil, após sua última visita, ocorrida em novembro último, em que pese o "computador-alcaguete" do aeroporto de Congonhas, registrar a proibição com data de 27 de março de 1.979.

Os regimes ditatoriais aprimoram seus intercâmbios.

O regime ditatorial do Paraguai, onde vive o "Estado do Sítio" há 25 anos, já prendera Laino por vários meses sob a alegação de ter caluniado e ofendido os Governos Stroessner-Figueiredo, no ano passado. Agora é o governo brasileiro que faz a sua parte. Os estreitos limites que os regimes de exceção da América Latina dão aos seus opositores sempre necessitaram de colaboração mútua para reprimir qualquer "ousadia maior" das forças democráticas, não faltando - para tanto - a troca de informações e investigações, "seqüestros" (como o de Lillian Ciliberti e Universindo Dias), intercâmbio de know-how de repressão e outras ações que se multiplicam entre fronteiras.

Mas, ironicamente, não faltam os ares de abertura. Com o ar pesado das leis de Segurança Nacional, sob nuvens densas de interesses de retrocessos, elaboradas pelos ideólogos da doutrina de segurança nacional, expressões máximas da América Latina, aqui no Brasil, General Golbery do Couto e Silva, e na América Espanhola o General Augusto Pinoché.

Aliás, reconhecidos no mundo inteiro como grandes ideólogos latino-americanos da política e doutrina de segurança nacional, que por sua vez têm suas origens nos não limitados e não estreitos ensinamentos de "West Point" na doutrina de segurança nacional, elaborado por Robert Mac Namara, em 1962-63.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, Figueiredo o nosso Presidente, Sua Excelência encontra-se no Paraguai. Ontem recebia o alto estafe de Sua Excelência o Presidente Paraguai numa solenidade festiva. E aqui, em São Paulo, as nossas autoridades policiais detinham o maior Líder das Oposições paraguaias, Domingo Laino.

Mas, Sr. Presidente, as amizades se ampliam. Hoje o Governo brasileiro visita o Paraguai; daqui há alguns dias visitará a Argentina; depois estará no Chile. Enquanto isso, os líderes democráticos são detidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — a Mesa concede a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não são só os fatos que diariamente estão acontecendo nesta Casa que demonstram claramente que as soluções que virão, não serão pacíficas. Que as soluções serão a 1a Nicarágua, a 1a Vitenã, a República Dominicana. Enfim, que também o Brasil não fugirá da regra geral e que só soluções violentas resolverão o problema.

Quando desta Casa se homenageiam os Fleuris paranaenses; quando nesta Casa se discute sobre o homem, parecem ser coisas da província. Mas quando chegamos a nível nacional e vemos, por exemplo num jornal, manchetes como esta, Srs. Deputados: "Agora só falta a expulsão de Flávia, diz o Advogado". E quando nós nos preparávamos, inclusive para assumir esta tribuna para elogiar o Governo, que depois de muito tempo se acordou e resolveu interferir por aquela brasileira, presa há mais de sete anos no Uruguai; quando sabemos que o Governo se interessou em resolver esse problema, dando, fazendo uma ameaça de abertura, nós lemos num outro tópico, também nos



entusiasmo, "Sou um Homem de diálogo e de paz". O Presidente Figueiredo diz isso em sua visita no Paraguai. É outra mancha.

Mas, para demonstrar que as soluções não serão pacíficas e que nós nos tornaremos numa Nicarágua, continental, está aqui: - "Persona não grata" - "Laino é detido ao chegar em São Paulo."

Sou um dos membros da Comissão Provisória que estuda uma confederação de forças democráticas, na América Latina. Participo com Laino desta comissão. Conheço-o pessoalmente, conheço sua família, já estive em sua casa. E tenho por Laino uma admiração não ideológica; mas uma admiração por um liberal, que no seu País luta por alguma coisa, praticamente impraticável.

Vejam a ironia em que se encontra esse nosso País, e o descrédito que nós caímos, todos nós brasileiros, junto com o Governo. No mesmo momento em que Flávia Schilling é libertada de uma ditadura, nós cometemos um ato de ditadura e prendemos um democrata. Teria sido uma das condições impostas ao nosso Presidente, Presidente de 120.000.000 de brasileiros, para poder entrar no País do Ditador Stroessner? Este tem sido tradicionalmente um País que tem acolhido os mais diversos políticos e até criminosos. Aí estão as denúncias dos fascistas de Hitler, acobertados neste País. Aí está o maior ladrão; o maior roubo na Inglaterra, é acobertado pelas Leis do nosso País, sob o signo dos direitos humanos. Está aí o fascista Marcelo Caetano. Ex-Primeiro Ministro de Portugal, responsável pelo assassinato de milhares de africanos, acobertado pelas nossas autoridades. Ministrando aulas em Universidades brasileiras. Mas um democrata, Domingo Laino, que se rebela contra hoje a pior ditadura vigente neste planeta, este merece prisão. Este merece a prisão por denunciar brasileiros corruptos e paraguaios corruptos. Ele não foi preso por Petrônio Portela, nem por Abi-Ackel. Ele foi preso por magnatas do café, por contrabandistas do café do Brasil e do Paraguai e que dominam os governos paraguaio e brasileiro.

Tenho dito, diversas vezes desta tribuna, que sou um pessimista e, infelizmente, não acredito mais em soluções pacíficas.

Qual o crime de Domingo Laino? Ter ido à televisão, aqui no Brasil e ter denunciado o contrabando do café? Ter denunciado as falcaturas que os paraguaios estão fazendo em cima de Itaipu? Ter denunciado o seu Governo de ser um governo pendular?

Isso é mentira, Senhores?

Não. Está aqui, neste jornal mesmo. Enquanto na primeira página se lê: "Figueiredo vê o preço de Itaipu e admite, sob pressão do pequeno Paraguai" - admite, sob pressão, Srs. Deputados - rever o preço estabelecido para a energia de Itaipu, cuja primeira denúncia partiu de Domingo Laino que estávamos explorando o Paraguai; na outra página, interna, diz: "Energia, tema para o futuro", em que o General Presidente da binacional, Costa Cavalcanti, diz que, em momento algum, o governo paraguaio falou sobre o problema.

O Presidente diz uma coisa, o General diz outra.

Em quem podemos acreditar? Qual a palavra verdadeira?

Sr. Presidente, gostaria de ler a decisão da Organização dos Estados Americanos, da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, sobre o caso Laino, quando esteve no Brasil e que, hoje, está novamente sendo punido por isso. Em que a Organização dos Estados Americanos, declarou que o governo paraguaio violou os artigos quarto e oitavo, da Declaração dos Direitos Humanos.

E nós, agora, passamos a ser coniventes com esta punição. O Brasil passa também a ser chamado a atenção pela Organização dos Estados Americanos.

É por isso, Sr. Presidente, que peço permissão para ler um requerimento assinado pelo nobre Deputado Nelson Friedrich:

(Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado telex ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, solicitando a revogação do ato que considerou "persona non grata" ao País o ex-Deputado oposicionista paraguaio Domingo Laino e que providencie ato para a liberação do mesmo.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1980

(a) NELTON FRIEDRICH.

Apoiamento: Gernote Kirinus, Nilso Sguarezzi e Deni Schwartz.

Era só, Sr. Presidente.- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No próximo dia 20 teremos a "Marcha das Máquinas", com desfile pelas rodovias e concentração na Cidade de Santo Antônio da Platina.

Após a reunião em Marília, os Líderes da cafeicultura de São Paulo, Paraná e Minas, resolveram marcar para o próximo dia 20 a "Marcha das Máquinas". O esquema consistirá na saída das máquinas agrícolas, tratores e caminhões, de todas as fazendas de mais de 10 municípios da Região de Santo Antônio da Platina.

O movimento, segundo Garibaldi Riali, será uma demonstração pacífica e ordeira da força da agricultura contra o confisco cambial sobre os produtos agrícolas, principalmente o café.

Eles exigem a extinção pura e simples do confisco cambial sobre o café e sobre qualquer outro produto agrícola. Estamos encaminhando requerimento à Mesa de solidariedade à este Movimento da Comissão Nacional da Cafeicultura. Porque me parece Sr. Presidente, que a única linguagem que o Governo entende, efetivamente é a da pressão. O povo desconhece a própria força que tem. Os exemplos estão aí, na derrubada do confisco da soja e atualmente na greve dos metalúrgicos de São Paulo.

Amanhã, não estranhem se o Brasil for uma passeata só. De norte a sul, de leste a oeste, num grito angustiado de fé, esperança, em dias melhores neste País.

Enquanto tudo isto acontece aqui, o Presidente Figueiredo reforça o regime ditatorial do Paraguai, dando força a um sistema que mata, tortura, oprime e que é o maior centro de tóxicos e contrabando da América Latina; receptor do café brasileiro contrabandeado e dos carros brasileiros roubados aqui e passados para o lado paraguaio. Inclusive seiscentos milhões de dólares de café que o Paraguai exportou o ano passado. Seiscentos milhões de dólares de café contrabandeado, e que segundo informações extra-oficiais, os caminhões passaram por Itaipu, porque por trás do contrabando do café, existem altas figuras da política brasileira e também militares graduados aqui no País. Uma dobradinha com Stroessner e General Rodrigues no Paraguai.

Enquanto Figueiredo assiste as paradas militares em Assunção, aqui o povo faz a sua própria parada, não com tanques, aviões e armas, mas com tratores, máquinas e caminhões. Parabéns à Comissão Nacional da Cafeicultura pela marcha das máquinas programada para o dia 20. É preciso sair às ruas e o povo deve mostrar a grande força que tem mas que desconhece.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de hoje, na página política, publica uma nota em que diz que a Comissão Coordenadora da bancada do PDS deu com os burros

na água". Que o esquema não funcionou; esquema que era para responder à Oposição e que ontem a bancada do PDS desta Casa teve que ouvir "sapos" sem poder reagir.

Respeito muito o jornalismo sadio, o jornalista que é imparcial ao escrever as notícias que orientam os leitores dos seus jornais. Mas não posso deixar de fazer reparos a esta Casa, por duas razões. Primeira para que os Srs. Deputados da Oposição nesta Casa, não vejam na Comissão Coordenadora que o PDS em boa hora resolveu instituir para orientação de sua bancada no campo político, e principalmente para que os Srs. Deputados governistas possam levar, através de uma ação coordenada, os benefícios de que necessitam as comunas do interior.

Devo esta explicação aos Srs. Deputados da Oposição nesta Casa, que o espírito desta comissão não foi de beligerância, como quer fazer crer nas entrelinhas o responsável pela página política "Gazeta do Povo" nesta Casa.

Nossos propósitos são de convivência pacífica, porque nós entendemos, perfeitamente, o papel relevante da Oposição. Sabemos que quando a Oposição critica com dados, quando critica atos eventuais do Governo que não correspondem às expectativas do povo do Paraná, elas estão cumprindo a sua sagrada missão.

Não vejo motivos porque a bancada do PDS forme uma comissão coordenadora para rebater estas críticas. Rebatemos, isto sim, os pronunciamentos insuspeitos, como fez ontem nesta Casa o nobre Deputado Deni Schwartz que diz também de oitiva, afirma de oitiva aqui, que ouviu na boca maldita que o Governo pegou trinta e quatro milhões de cruzeiros dos cofres públicos, para comprar adesão de elementos para o PDS comprar uma rádio aqui, Rádio Cidade se não me engano.

Vou ler as notas taquigráficas, que se constituem num primor, "Eu hoje afirmo baseado no que ouço, que foram gastos cinquenta e um milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros em publicidade, dos quais trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e cinco mil cruzeiros (ele não despreza nem os quebrados) foram repassados a empresas de publicidade para compra de adesões ao PDS inclusive, a compra da Rádio Cidade em Curitiba."

Ora, acusar pôr ouvir dizer, nós não podemos efetivamente aceitar, porque se nós fôssemos a cada vez que ouvimos dizer alguma coisa, vir à tribuna ou apartear um dos Srs. Deputados desta Casa, para fazer que estas acusações constem dos anais da Casa, então nós estaríamos transformando efetivamente esta Casa num palco de guerra, num Vietnã, como afirmou há poucos instantes, o nobre Deputado Deni Schwartz. Porque nós também já ouvimos afirmações comprometedoras contra a honra de Sua Excelência quando fez parte de um grupo de terras lá no Sudoeste, e que nós não acreditamos porque conhecemos a formação moral, do nobre Deputado Deni Schwartz. Sabemos que, efetivamente, é um dos grandes Deputados que conta o Legislativo do Paraná, pelo seu espírito público, pelo seu amor às causas públicas, principalmente, pelo seu devotamento às causas democráticas.

Por isso, nós nunca levamos em consideração essas acusações. Então, nós fazemos um apelo aqui, novamente aos Srs. Deputados da Oposição, que quando tiverem que acusar o Governo, tragam provas, aquilo que eu disse num pronunciamento há dois ou três dias atrás, tragam provas, porque se o governo não puder refutá-las, é evidente que não serei mais Líder de um governo que não possa refutar uma acusação comprovada de desonestidade, na condução dos negócios públicos.

Nós ocupamos a tribuna para fazer este reparo à nota tendenciosa da sessão política do jornal "Gazeta do Povo".

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra

ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — É o seguinte:

A meia verdade é pior que a meia mentira, ou se equivale, mas é pior que a mentira, indiscutivelmente.

O que afirmei ontem, o que ouvi dizer, que o gasto foi tanto, mas é bom que se leia até o final as notas taquigráficas, e enquanto a bancada do PDS continuar a sair de plenário, para não aprovar pedidos de informações, o povo paranaense tem essa versão.

Quanto a minha honorabilidade, desafio qualquer Deputado, a provar que este Deputado, alguma vez, por seu pai, por sua mãe, por seus irmãos, ou por qualquer de seus parentes, por sua terra recebida diretamente do governo, e peço a Vossa Excelência, é um requerimento verbal que faço, que todos os Deputados procedam assim, e que todos entreguem à Mesa desta Assembléia como farei ainda hoje, a minha declaração de bens, e reputo àquele malandro e é malandro mesmo, que aqui fez insinuações, não o Senhor Líder, que aqui fez insinuações, que prove o que ele disse.

Se naquela oportunidade não o refutei, foi porque, Sr. Presidente, meus companheiros assim não o desejaram, e para que de cabeça quente não fizesse afirmações não verdadeiras, não conseqüentes, fiquei quieto, mas vou fazer neste momento, também um pedido, ao ilustre Deputado aqui presente, Luiz Alberto Oliveira, para que pela amizade que nos liga apesar de sermos adversários, declare e procure saber, em toda a Região do Sudoeste do Paraná, qual o meu parente que possui terras e se necessário for, Sr. Presidente, acompanhado pelo Líder da minha bancada, irei fazer esta interpelação ao Sr. Governador do Estado, ao qual fui subordinado também.

Por isso a meia verdade é pior que a mentira.

O Sr. Líder que leia toda a nota taquigráfica. Quando afirmei que na boca maldita corria este boato, o fiz para demonstrar quão errada está essa Assembléia, quão errados estão os Srs. Deputados, ao negarem informações do Governo.

O ilustre Deputado Fiori Luiz, fez um requerimento com mais de 30 requerimentos inclusive requerimentos que não têm mais razão de ser e que a bancada do ilustre Líder que ocupa a tribuna, o ilustre Líder se retira do plenário, não aprova e nem desaprova.

Isso Sr. Presidente, não está desgastando ARENA, ou PDS, o PTB, o PMDB ou o PP.

Sr. Presidente, isso está desgastando a classe política que não contém mais os movimentos populares. Os sojicultores fazem a sua guerra e nós estamos à margem. Os metalúrgicos fazem a sua guerra e nós estamos à margem. Nós não estamos tendo grandeza para sabermos do momento histórico que estamos vivendo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nos termos regimentais, com todo o respeito que tenho pelo meu amigo Deputado Deni Schwartz, já não entendo mais como é que estamos respeitando.

Está o nobre Deputado, no Pequeno Expediente, levantando uma questão de ordem que passa a ser um discurso paralelo. Então não sei como nós devemos interromper qualquer um dos oradores na tribuna numa situação destas. Gostaria que fosse esclarecido pela Mesa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa esclarece ao Deputado Gilberto Carvalho, que concedeu a palavra pela ordem ao Deputado Deni Schwartz, e como tem sido de hábito, que reputo como uma liberalidade nociva desta Presidência e das anteriores, não exigir que se siga o Regimento Interno. Se estivesse no exercício pleno desta Presidência em



todas as sessões, faria por exigir ou renunciaria ao mandato de Deputado. O Deputado que se encontra na tribuna não terá seus minutos descontados evidentemente. A Mesa descontou para que ele prossiga nos seus cinco minutos e serão acrescidos três minutos ao Deputado Erondy Silvério.

Dou a palavra, pela ordem, ao Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Fui chamado a responder a uma colocação feita por um adversário meu de região, Deputado Deni Schwartz, a quem respeito muito, adversário de hoje, e ex-companheiro de ontem, de vez que o eminente Deputado Deni Schwartz foi. Prefeito Municipal pela extinta legenda da Aliança Renovadora Nacional. Sua Excelência, pede uma prova aqui nesta Casa, a respeito de uma insinuação que Sua Excelência entendeu que lhe fora dirigida. Pede uma prova e desafia quem quer que seja. Pois bem. Devolvo o mesmo desafio ao Deputado Deni Schwartz. Sua Excelência que prove que o Governo deu dinheiro para a Rádio Cidade. Se Sua Excelência provar que o Governo deu, Sua Excelência não tem nenhum direito de fazer qualquer insinuação nesta Casa. Portanto, ou aqui nesta Casa se fala uma só linguagem, com prova, com verdade, e não é possível que aqui nesta Casa se substitua insinuação pela calúnia e não é possível e desafio e aceito qualquer desafio do Deputado Deni Schwartz. Inclusive transfiro todo o meu patrimônio pelo patrimônio do Deputado Deni Schwartz. Aceito.

Não tenho um palmo de terra, Deputado nesse Estado e aceito a discussão nos termos em que ela for proposta, mas creio, Presidente e eminente Deputado Deni Schwartz e eminente companheiro de bancada do PDS e do PMDB que com essas insinuações, nós estamos prestando um desserviço ao Parlamento, que é uma Casa, que juramos respeitar e ao povo que nos elegeu, nesta Casa.

O SR. FIORI LUIZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Gostaria de esclarecer ao nobre Companheiro Luiz Alberto, que desserviço, quem tem prestado é a bancada do PDS. Se fosse aprovado o nosso requerimento onde nós desejaríamos saber, a população deveria saber o quanto que o Governo gastou de verba oficial nas televisões, é evidente que o assunto estaria sendo encerrado.

Então, não há o problema de desserviço, desserviço é não aprovar pedido de informação e requerimentos nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ALBERTO — Pela Ordem. Desserviço ao parlamento e desrespeito ao parlamento é insinuação sem prova, é a falta de condições de provar aquilo que se afirma. É o desserviço ao parlamento por pessoas, que inclusive não têm condições para isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Esta Presidência informa aos nobres Deputados que questão de ordem só será aceita, enquanto estiver presidindo, se for invocado o dispositivo do Regimento Interno.

Se não são discursos paralelos como se fossem discursos feitos em Pequeno Expediente, prejudicando o Deputado que está na tribuna.

Com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, o assunto esgotou-se, apenas quero reafirmar aqui, a confiança absoluta que tenho na integridade moral do nobre Deputado Deni Schwartz.

Apenas fiz uma alusão, de como é perigoso se fazer acusações por ouvir dizer. Porque quem com o ferro fere, com o ferro acaba sendo ferido. Com relação às insinuações que fez aqui o nobre Deputado Deni Schwartz, que o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, teria se submetido a exigências da republiqueta do Paraguai, para prender o Depu-

tado Laino, em São Paulo, nós não queremos absolutamente endossar, embora deploremos esse ato de violência do Governo brasileiro. Mas, não acreditamos, que um homem que devolveu a democracia plena a este País, um homem que está atendendo a todos os reclamos da Oposição, pudesse se submeter a injunções dessa natureza.

Nós, não acreditamos, porque o Presidente Figueiredo tem um passado de tradições democráticas. Desde o seu pai, desde toda a sua conduta nas forças armadas, sempre foi um democrata autêntico. Portanto, nós deploramos esta prisão, mas, não endossamos as insinuações que se fazem aqui, que elas foram fruto de pressões, que tivesse recebido o nosso Presidente do Governo do Paraguai.

E para encerrar, apenas dizer que à maioria desta Casa, se reserva o direito de rejeitar ou aprovar quaisquer proposições que sejam submetidas à apreciação da Casa. Isto é a convivência democrática, é o direito que têm as maiorias nos Parla-mentos nacionais.

Quanto ao que se gastou em publicidade, ou o que se vai gastar pelo Governo do Estado, a bancada da Oposição tem Deputados competentes que fazem parte integrante da Comissão de Tomada de Contas. Aí é a oportunidade, aí será a oportunidade para que os documentos comprobatórios das despesas sejam dissecados e rejeitados se incompletos, se viciados, se inválidos. Não aqui requerimentos que têm cunho eminentemente políticos, que a maioria não tem o dever de endossar e de aprovar, usa apenas um recurso regimental que nunca foi negado também à nobre Oposição nesta Casa.

Já pedi, para que se constasse nos Anais, todas as vezes em que a bancada da Oposição a quem respeito, retirou-se do plenário para evitar a aprovação de mensagens governamentais, legítimo recurso ninguém puxou a orelha da Oposição. E nós não admitimos que a nossa seja puxada, nesse particular.

Mas, faço um apelo aos Srs. Deputados da Oposição para que, na moderação da linguagem, das acusações sem provas não possa descambar os debates parlamentares para um terreno realmente perigoso.

Era o apelo que deixo nesta manhã à nobre bancada da Oposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) — Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa defere.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Responderam a chamada nominal 26 Srs. Deputados. Há quorum apenas para discussão da matéria

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 151/79, que declara de utilidade pública, a APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel/Pr.— Encerrada a discussão.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 151/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a AS-

**SOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI**, com sede e foro na Cidade de Cafelândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1980

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 156/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Viajantes do Oeste do Paraná — AVOPAR", com sede e foro no Município de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

**REDAÇÃO FINAL AO  
PROJETO DE LEI N.º 156/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO DE VIAJANTES DO OESTE DO PARANÁ — AVOPAR**, com sede e foro na Cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1980

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 184/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Corbélia — APMI", com sede e foro no Município de Corbélia. — **Encerrada a discussão.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 184/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE CORBÉLIA — APMI**, com sede e foro na Cidade de Corbélia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1980

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;  
WERNER WANDERER, Relator.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)** — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Ozias Algauer. —

No mesmo sentido, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Aprovados.

**O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem)** — Sr. Presidente, quero reiterar aqui o voto que já dei ontem: Contrário. Quem está morto, está morto. Se merece louvor, deve ser feito. Mas o Sr. Ozias Algauer, não merece isso. Portanto, quero deixar claro o meu voto contrário a esse voto de pesar, apesar de quebrar a praxe da Casa, mas em nome daqueles que foram torturados, em nome daqueles que sofreram; e em nome da dignidade desse Parlamento que se viu por diversas vezes desmoralizado, pelo Sr. Ozias Algauer, quando no DOPS, quando Deputados que o procuravam não eram atendidos; quando pedidos de informações não eram aceitos; em nome de tudo isso, este Deputado vota contra este voto de pesar, como já o fez ontem, em outro voto.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)** — Com restrição do voto do Deputado Deni Schwartz, considero aprovada a matéria.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (pela ordem)** — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara)** — Deferido o requerimento de Vossa Excelência, não obstante a aprovação da matéria independer de número, vamos proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o voto de pesar proposto pelos Deputados Fabiano Braga Côrtes e Valduga, são duas proposições idênticas, são votadas em conjunto, portanto, conservem-se como estão. (Pausa).

11 Srs. Deputados votam favoravelmente.

Srs. Deputados que estiverem inclinados a votar contra a matéria...

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem)** — Sr. Presidente, aqui é ao contrário. Aliás, quero solicitar de Vossa Excelência, no sentido de colaboração, votação feita em forma de verificação, quem aprova tem que se levantar. Quem rejeita, permanece como está.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)** — A Ordem dos fatores não altera o produto, Deputado. É indiferente.

Os Deputados que ficaram sentados aprovaram a matéria. Tanto faz. Contar Deputados de pé ou sentados, é a mesma coisa. Entende esta Presidência.

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)** — De nada, Sr. Deputado.

Srs. Deputados que votarem contrariamente à matéria, queiram levantar-se. Contrários à matéria.. (Pausa).

14 dos Srs. Deputados votaram contra. Portanto, com restrição e com uma ressalva feita por essa Mesa, não obstante o respeito dessa Presidência pelos Srs. Deputados, lamento profundamente esse resultado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem).** — Vossa Excelência anunciou 14 Srs. Deputados. Todavia, perguntaria à Mesa se foi computado o voto do nobre Deputado Nilso Sguarezi.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)** ) Foi computado, nobre Deputado Erondy Silvério.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem)** — Quer dizer que hoje então não há mais necessidade de se usar gravata, de se colocar paletó, mais nada?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)** — Isto é atribuição do Sr. Deputado. O Sr. Deputado apresenta-se, tenho a impressão, tem responsabilidade para apresentar-se a esta Casa. A Mesa não havia observado, o Deputado Nilso Sguarezi que não está em trajes completos. A Mesa não havia observado. Portanto, o voto do Deputado Nilso Sguarezi deixa de ser computado. Não obstante, são 14 votos. — **Rejeitados os requerimentos.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, encarecendo providências a respeito da denúncia sobre as condições de trabalho e remuneração dos mineiros que trabalham na mina de carvão da Companhia Carbonífera do Cambuí, Município de Figueira. — **Encerrada a discussão.**

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem)** — Sr. Presidente, com o devido respeito, não tenho condições de permanecer neste recinto, exatamente porque o acinte que se verifica nos componentes deste Poder parece-me que causa na minha forma de investidura; no comportamento que sempre tive neste Parlamento, uma indisposição para permanecer nesta sessão, pela forma com que a mesma está sendo conduzida.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)** — Esta Mesa, mais uma vez, pede a compreensão dos Srs. Deputados. Sou Presi-

Curitiba, sexta, em 11/04/80

dente temporário se não contar com a compreensão dos Srs. Deputados, não terei condições de prosseguir a sessão, num ato arbitrário, talvez. Mas, peço a compreensão dos Srs. Líderes das quatro bancadas.

Se os Senhores não querem colaborar com a Mesa, a Mesa sente-se sem condições psicológicas de prosseguir com a sessão.  
O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, acho que Vossa Excelência deve encerrar a sessão. . . . .

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Suspendo a sessão por um minuto para que tenhamos condições de prosseguir a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Está reaberta a sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do IPE, visando a instalação de uma agência do referido órgão, no Município de Araucária.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, encarecendo a instalação de uma Sub-Estação de Transmissão de Energia Elétrica no Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às Diretorias do IAPAS e INPS, no sentido de melhor atender o Hospital de Quitandinha.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inserção de um registro especial pela presença no Paraná, do Sr. Embaixador da República Árabe-Síria, bem como a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Consul Nassib Abdo Abage, por ocasião da instalação do consulado da República Árabe-Síria, nesta Capital.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de que sejam sanadas as omissões verificadas em Dois Vizinhos, com relação ao Ginásio e Código, especificamente a extensão de Boa Esperança do Iguaçu.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um monocal telefônico para as localidades de Flor da Serra, no Distrito de Quatro Fontes e Bela Vista, Distrito de Iguaporã, ambos no Município de Marechal Cândido Rondon.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a extensão de cabofísico para telefonia entre a sede e o Distrito de Porto Mendes, no Município de Marechal Cândido Rondon.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Ferdmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de felicitações à TV-Esplanada de Ponta Grossa, pelo transcurso do oitavo ano de fundação da referida TV.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a pavimentação asfáltica da estrada que liga os Municípios de Centenário do Sul e Miraselva.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo que seja criado o Distrito Judiciário de São José, no Município de Santa Helena.— **Em discussão.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de apurar acontecimentos que vêm ocorrendo na Delegacia da Lapa.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Caldeira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo um policiamento efetivo junto à Faculdade de Educação Musical do Paraná.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, visando a implantação de um núcleo da referida Secretaria, no Município de Toledo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de louvor e congratulações à produção do Programa "Sem Censura" levado ao ar pela Televisão Iguaçu, Canal 4.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações sobre a exoneração do recém nomeado por ato governamental, da Chefia da Delegacia de Polícia do Município de Marechal Cândido Rondon.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que seja criado o Distrito Judiciário de São Pedro, no Município de Toledo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, agradecendo em nome da população do Município de Santa Mariana, pela doação feita através do Governo do Estado, do aparelho telefônico, ao Colégio Agrícola de Santa Mariana.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à FUNDEPAR, visando a inclusão no programa de obras, da construção de diversas unidades escolares.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, pelo seu posicionamento visando impedir a demolição do prédio da UNE, na praia do Flamengo.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, ao Ministério da Agricultura e Bancos do Brasil S/A e Central, encarecendo a imediata liberação de recursos à Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná.— **Em discussão.**

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Fica adiada para a próxima sessão a discussão, na forma do art. 150 do

trienal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 07 de fevereiro de 1975, em razão da prescrição quinquenal prevista pelo Código Civil.

**PORTARIA N.º 238/80**

conceder ao funcionário LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASAL, matrícula n.º 537, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 06 de janeiro de 1980, data em que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

**PORTARIA N.º 239/80**

I — revogar a Portaria n.º 174/79, de 23 de março de 1979, que designou para prestar serviços na Liderança do MDB, o funcionário ENÉAS EUGÊNIO PEREIRA FARIA, ora à disposição deste Poder; e,

II — designar o funcionário acima, para prestar serviços no Gabinete da 1a. Secretaria, até 31 de dezembro de 1980.

**PORTARIA N.º 240/80**

I — revogar a Portaria n.º 250/79, de 04 de abril de 1979, que designou para prestar serviços na Liderança do MDB, o funcionário FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO, matrícula n.º 120, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.

**PORTARIA N.º 241/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ROSARIA CARDOZO DE LIMA, matrícula n.º 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

**PORTARIA N.º 242/80**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ETHEL DE PINHO NEVES, matrícula n.º 244, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de onze (11) meses, correspondente ao dobro das férias de 1956, 1957, 1960, 1963 (15 dias), 1964 e 1979, que deixou de gozar;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 04 de abril de 1979, data em que, em razão da contagem retro (excluídas as férias de 1979), completou trinta e dois (32) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%) e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com a fundamentação acima, a partir de 04 de fevereiro de 1980, data que, em razão da contagem retro, completou trinta e três (33) anos de serviço público

Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, em forma de apelo no sentido da instalação de um posto avançado do referido estabelecimento de crédito, no Município de São Jorge do Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Cultura e Esportes, no sentido de que sejam prestados esclarecimentos das causas que determinaram a suspensão da temporada da peça teatral "Camões". **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo seja ampliado o número de fiscais lotados no 17.º Distrito Sanitário, com sede em Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas, cópia da representação que o cidadão João Veiga faz contra o Sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa. — **Retirado pelo autor.**

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) — Tenho a impressão que não tem mais condições de continuidade da sessão porque não há mais "quorum". Gostaria que se verificasse o número de Parlamentares que atualmente estão participando da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — solicito ao Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal para verificar se há "quorum" e se há condições para prosseguimento da sessão.

(É feita a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 15 Srs. Deputados. Não existe número legal para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**EM VOTAÇÃO**

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.º 1 e 2/80.

**EM VOTAÇÃO**

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 151, 156 e 184/79.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 171/78, 17 e 193/79.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 1/80.

Levanta-se a sessão.

**ATOS DA DIRETORIA GERAL:**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

**PORTARIA N.º 237/80**

conceder a JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS, matrícula n.º 509, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo "C", do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 4.º, da Resolução n.º 2/64, de 21 de fevereiro de 1.964, que mesmo revogado pela Resolução n.º 5/69, de 28 de abril de 1.969, foram respeitados os direitos até então adquiridos, o acréscimo

computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

**PORTARIA N.º 243/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, matrícula n.º 541, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

**PORTARIA N.º 244/80**

conceder, nos termos do Art. 247, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a JACYRA MACHADO BINI, matrícula n.º 208, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1973 e 07 de novembro de 1977, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1974, contadas em dobro.

**PORTARIA N.º 245/80**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de WILIANS ROLANDO ROMANZINI, matrícula n.º 354, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1976 e 1979, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei n.º 6174, a partir de 07 de dezembro de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

**PORTARIA N.º 246/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ANNA ROSA BELLO VIANA, matrícula n.º 324, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

**PORTARIA N.º 247/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1979, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CELI EUCLÉA GALLIANO, matrícula n.º 415, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

**PORTARIA N.º 248/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com

nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NORMA BUEST ROSÁRIO, matrícula n.º 294, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

**PORTARIA N.º 249/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de HILÁRIO FREGONEZE, matrícula n.º 026, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

**PORTARIA N.º 250/80**

conceder ao funcionário JOÃO MARTINS SOBRINHO, matrícula n.º 382, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1980, a partir de 17 de março de 1980.

**PORTARIA N.º 251/80**

I — revogar o item II, da Portaria n.º 044/79, de 08 de fevereiro de 1979, que designou para prestar serviços no Serviço de Assistência Social, o funcionário GABRIEL BROTTO, matrícula n.º 335, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o funcionário acima citado, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

**PORTARIA N.º 252/80**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ CLÁUDIO LUZ, matrícula n.º 455, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 12 de fevereiro de 1980, data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e que já vem percebendo a mesmo título quinze por cento (15%), perfazendo um total de vinte por cento (20%);

III — mandar contar, para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei n.º 7050, de 04 de dezembro de 1978, em seu favor, o tempo de três (03) anos e dez (10) dias.

**PORTARIA N.º 253/80**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, em favor de LINDAMIR DOS SANTOS, matrícula n.º 536, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1977, 1978 e 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei nº 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1º de julho de 1975 e 1º de maio de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978 (supra), contadas em dobro;

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 171, da citada Lei nº 6174, a partir de 1º de maio de 1979, antecipado em razão das férias de 1977 e 1978, contadas em dobro (supra), data que completou (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%); e,

IV — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com a mesma fundamentação supra, a partir de 1º de novembro de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao seu sexto quinquênio (supra) e das férias de 1977 e 1978 (retro), data que completou trinta e um (31) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

#### PORTARIA Nº 254/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, matrícula nº 102, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1º, da Lei nº 7206, de 1º de outubro de 1979, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1969 e 1979, que deixou de gozar.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1980

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP  
DIRETOR GERAL

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

#### PORTARIA Nº 255/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ISAURA BRAVOS, matrícula nº 471, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei nº 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 01 de janeiro de 1976 e 01 de novembro de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao quinto quinquênio e das férias de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma

Lei nº 6174, a partir de 01 de março de 1980, data que, em razão da incorporação retro, completou trinta e um (31) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

#### PORTARIA Nº 256/80

prorrogar, até 31 de dezembro do corrente ano, a permanência da funcionária LUCY PINHEIRO DE LACERDA, ora à disposição deste Poder, permanecendo a sua designação atual.

#### PORTARIA Nº 257/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NELSON EMILIO MARQUES, matrícula nº 352, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da referida Lei nº 6174, a partir de 18 de janeiro de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), não se computando neste cálculo a contagem das férias de 1977.

#### PORTARIA Nº 258/80

conceder, nos termos do Art. 171, de 16 de novembro de 1970, a LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, matrícula nº 050, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 03 de janeiro de 1980, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

#### PORTARIA Nº 259/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de WILSON RAMOS, matrícula nº 137, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei nº 6174, a partir de 22 de fevereiro de 1980, data que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

#### PORTARIA Nº 260/80

conceder à funcionária JOANA DE LIMA, matrícula nº 558, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 13 de janeiro de 1980, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%) de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

#### PORTARIA Nº 261/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor



de ANTÔNIO CARLOS ITIBERÉ DA CUNHA, matrícula n.º 143, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 11 de abril de 1979, data que, em razão das férias de 1946, 1947, 1949, 1950 e 1951, contadas em dobro (excluídas as férias de 1979), completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%); e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos de acordo com a mesma fundamentação supra, a partir de 11 de fevereiro de 1980, data que, em razão das férias de 1979 (supra), contadas em dobro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).  
(Prot. 1753).

#### PORTARIA N.º 262/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 1768)

#### PORTARIA N.º 263/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de NANCY TEREZINHA KOTELAK, matrícula n.º 029, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 1778)

#### PORTARIA N.º 264/80

conceder ao funcionário ANTÔNIO GULBINO, matrícula n.º 164, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1980, a partir de 26 de março de 1980.  
(Prot. 1915)

#### PORTARIA N.º 265/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LUIZ DOUGLAS FERREIRA, matrícula n.º 103, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1975, com nova redação dada pelo Art. 21, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 1.º de janeiro de 1980, data que, em razão da contagem retro, completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).  
(Prot. 966)

#### PORTARIA N.º 266/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n.º 194, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 370)

#### PORTARIA N.º 267/80

conceder ao funcionário JOEL DA SILVA NATAL, matrícula n.º 341, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1979, a partir de 07 de abril de 1980.  
(Prot. 2042)

#### PORTARIA N.º 268/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de RONALDO LOPES LINHARES, matrícula n.º 086, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 589).

#### PORTARIA N.º 269/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula n.º 183, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 1920)

#### PORTARIA N.º 270/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MOACIR JORGE NARDI, matrícula n.º 081, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 1962)

#### PORTARIA N.º 271/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ARACY ZECH, matrícula n.º 192, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 1963)

#### PORTARIA N.º 272/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de ELCY SILVA BATISTA, matrícula n.º 099, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos ter-

mos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

(Prot. 1940)

**PORTARIA N.º 273/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de BOLLIVAR CAMARGO BARROS, matrícula n.º 115, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.

(Prot. 1930)

**PORTARIA N.º 274/80**

designar, UBIRAJARA SÁVIO TORRES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Airton Cordeiro, até 31 de dezembro de 1980.

(Prot. 2144)

**PORTARIA N.º 275/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de LENY SABÓIA, matrícula n.º 127, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro das férias de 1956, 1957, 1958, 1959, 1960 e 1979, que deixou de gozar.

(Prot. 827)

**PORTARIA N.º 276/80**

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA COSTA, matrícula n.º 470, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar.

(Prot. 1926)

**PORTARIA N.º 277/80**

revogar a Portaria n.º 203/79, de 29 de março de 1979, que autorizou VERÍSSIMA OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rosário Pitelli, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Prot. 2232)

**PORTARIA N.º 278/80**

I — revogar a Portaria n.º 311/79, de 20 de abril de 1979, que designou MANOEL LEITE, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edilson Alencar Barbosa.

II — revogar a Portaria n.º 337/79, de 07 de maio de 1979, que autorizou o funcionário acima citado, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Prot. 2234)

**PORTARIA N.º 279/80**

prorrogar, a permanência neste Poder até 31 de dezembro de 1980, da funcionária HELENA BAGATIN ESCORSIN, ora à disposição deste Poder, permanecendo sua designação atual.

(Prot. 2237)

**PORTARIA N.º 280/80**

determinar à Diretoria do Pessoal que, nos termos do Art. 138, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, e seu parágrafo 7.º, introduzido pela Lei n.º 7050, de 04 de dezembro de 1978, proceda a anotação na ficha funcional do acréscimo ao acervo de tempo de serviço público, dos funcionários abrangidos pela norma legal mencionada, do tempo que resultar dos cálculos nela contidos, para o efeito de aposentadoria.

(Prot. 2185)

**PORTARIA N.º 281/80**

I — revogar "ex-officio", as Portarias n.ºs 215/68 e 465/68, na parte que se refere à funcionária RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula n.º 256, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1968, 1969 e 1979, que deixou de gozar;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da mesma Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o sexto quinquênio, compreendido entre 1.º de outubro de 1975 e 1.º de abril de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao quinto quinquênio e das férias de 1968, 1969, 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro;

IV — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, ainda da Lei n.º 6174, a partir de 1.º de fevereiro de 1979, data que, em razão da contagem retro das férias de 1968 e 1969, completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%); e

V — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com a fundamentação acima, a partir de 1.º de agosto de 1979, data que, em razão da contagem das férias de 1968 e 1969, e da incorporação referente ao sexto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

(Prots. 298/80 e 123/80)

**PORTARIA N.º 282/80**

I — mandar contar, em favor de LUPERCINA ROCHA CONTE, matrícula n.º 051, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1979, que deixou de gozar; e

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 1.º de julho de 1979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para

todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%). (Prot. 1195)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de abril de 1980.

a) LUIZ FERNANDO KOSOP  
Diretor Geral

#### PORTARIA N.º 283/80

conceder ao funcionário EDU LIBERTI, matrícula n.º 243, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1978, a partir de 07 de abril de 1980.

(Prot. 2493)

#### PORTARIA N.º 284/80

conceder ao funcionário GIOACHINO SUGAMOSTO, matrícula n.º 549, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 29 de julho de 1977, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. 1124)

#### PORTARIA N.º 285/80

conceder ao funcionário ADAIRTON BORGES DOS SANTOS, matrícula n.º 276, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 03 de fevereiro de 1980, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. 1172)

#### PORTARIA N.º 286/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CLARICE FRÓIS DE MIRANDA, matrícula n.º 547, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 25 de março de 1976 e 25 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio e das férias de 1976, 1977, 1978 e 1979 (supra), contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 25 de janeiro de 1980, data que, em razão das férias de 1979 (supra) contadas em dobro, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e que já vem percebendo a mesmo título quinze por cento (15%), perfazendo um total de vinte por cento (20%), não se computando neste cálculo, a incorporação referente ao seu quarto quinquênio (supra) que advirão benefícios futuros. (Prot. 450 e 458).

#### PORTARIA N.º 287/80

retificar a Portaria n.º 643/79, de 05 de setembro de 1979, para declarar que o adicional de cinco por cento (5%) sobre os vencimentos de MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula n.º 106, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Assembléia é a partir de 15 de junho de 1979, data que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, e não como consta naquele Ato. (Prot. 1945)

#### PORTARIA N.º 288/80

marcar para o período de 1.º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, à funcionária MARIA MOREIRA MACENO, matrícula n.º 220, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Prot. 2117)

#### PORTARIA N.º 289/80

I — revogar a Portaria n.º 870/79, de 28 de dezembro de 1979, na parte que se refere à funcionária adida a este Poder, AZÉLIA DE LIMA BRANDINI, que designou para prestar serviços na Assistência Judiciária; e,

II — designar a funcionária acima citada, para prestar serviços no Departamento Legislativo, junto a Divisão das Comissões. (Prot. 2441)

#### PORTARIA N.º 290/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELA, matrícula n.º 574, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar. (Prot. 2250)

#### PORTARIA N.º 291/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de CARLOS AUGUSTO FERNANDES, matrícula n.º 116, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1978 e 1979, que deixou de gozar. (Prot. 412)

#### PORTARIA N.º 292/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de RAUL ZIPPERER, matrícula n.º 522, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar. (2040)

#### PORTARIA N.º 293/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 1.º, da Lei n.º 7206, de 1.º de outubro de 1979, em favor de CENIRA SILVEIRA DA COSTA, matrícula n.º 308, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de

Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias de 1974, 1975 e 1978, que deixou de gozar.  
(Prot. 12917/79)

#### PORTARIA N.º 294/80

mandar contar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula n.º 491, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 2162)

#### PORTARIA N.º 295/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MARIA ARANTES DE LIMA, matrícula n.º 216, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 07 de janeiro de 1980, data que, em razão da contagem retro, completou vinte (20) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).  
(Prot. 586)

#### PORTARIA N.º 296/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula n.º 193, ocupante do cargo de Oficial Legislativo D, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 2026)

#### PORTARIA N.º 297/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de GENI CARNEIRO, matrícula n.º 284, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo D, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 1804)

#### PORTARIA N.º 298/80

conceder à funcionária LUCY DE MELLO KEINERT, matrícula n.º 300, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1979, a partir de 07 de abril de 1980.  
(Prot. 2389)

#### PORTARIA N.º 299/80

I — revogar a Portaria n.º 138/77, de 25 de março de 1977, na parte que se refere ao funcionário HUGO MARTINS KOSOP, matrícula n.º 068, ocupante do cargo de Assessor

Técnico Legislativo B, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência; e,

II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços na Consultoria Jurídica.  
(Prot. 2356)

#### PORTARIA N.º 300/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JAYRO CAMARGO, matrícula n.º 454, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar.  
(Prot. 2098)

#### PORTARIA N.º 301/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de IRACILDA SILVA SERTÓRIO, matrícula n.º 247, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 15 de agosto de 1979, data que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais;

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com a fundamentação acima, a partir de 15 de fevereiro de 1980, data que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).  
(Prot. 1202)

#### PORTARIA N.º 302/80

I — revogar a Portaria n.º 137/79, de 15 de março de 1979, que marcou para 02 de abril de 1979, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcionária MADALENA MARIA DE LIMA, matrícula n.º 266, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, em seu favor, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, e parecer n.º 5719, do Gabinete da Consultoria Legislativa, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1979, que deixou de gozar;

III — conceder o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 07 de fevereiro de 1980, data que, em razão da contagem supra (férias de 1979), completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).  
(Prot. 920).

#### PORTARIA N.º 303/80

conceder à funcionária VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula n.º 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de

férias, referentes ao exercício de 1979, a partir de 07 de abril de 1980. (Prot. 2469)

PORTARIA N.º 304/80

I — revogar a Portaria n.º 186/80, de 29 de fevereiro de 1980, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, o funcionário JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder; e,

II — designar o servidor acima mencionado, para prestar serviços como Motorista, no Gabinete da Liderança do Governo, até 31 de dezembro de 1980. (Prot. 2031)

PORTARIA N.º 305/80

conceder ao funcionário ORLANDO MORO, matrícula n.º 133, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1980, a partir de 14 de abril de 1980. (Prot. 2595)

PORTARIA N.º 306/80

Constituir Comissão Especial, presidida pelo Diretor Geral, tendo como secretária OLENI FERREIRA LIMA e membros, REGINALDO FANCKIN e OSIRIS DE BRITO, para serem dadas e definidas as atribuições aos cargos de provimento efetivo previstos nos Anexos I e II da Lei 7289 de 27 de dezembro de 1979, assim como a regulamentação do acesso estabelecido pelo Art. 10 da mesma.

(Prot. 2563)

PORTARIA N.º 307/80

prorrogar até 31 de dezembro de 1980, a permanência dos funcionários do Poder Executivo, que se encontram à disposição desta Assembléia Legislativa, permanecendo suas designações atuais.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de abril de 1980.

a) LUIZ FERNANDO KOSOP

Diretor Geral